



Prefeitura de  
**Macaíba**  
MacaíbaPREV



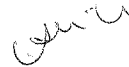
# **Política Anual de Investimentos**

## **Exercício 2017**



## SUMÁRIO

Introdução .....	3
1. Objetivos .....	4
2. Modelo de Gestão - Estrutura organizacional para tomada de decisões .....	5
3. Carteira Atual de Aplicações .....	5
4. Cenário Macroeconômico .....	7
5. Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários .....	8
5.1 Alocação de Recursos .....	8
5.2 Segmento de Aplicações .....	9
5.3 Riscos .....	10

  
 2  




## INTRODUÇÃO

De acordo com a Resolução CMN nº 3.922, de 25 de Novembro de 2010 e em conformidade com o Art. 27, inciso IV, da Lei Municipal 1.695, de 30 de Abril de 2014, o RPPS de Macaíba apresenta sua Política de Investimentos para o ano de 2017, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que auxilia a gestão dos recursos obedecerá às diretrizes e princípios contidos neste documento, o qual direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos, em cumprimento às legislações vigentes.

  
Cassia  
Montes  
3



## 1. OBJETIVOS

A presente Política de Investimentos constitui um instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos, com foco na busca do atingimento da meta atuarial do plano de benefício, perseguindo os princípios da boa governança e legalidade, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A estratégia de investimentos deverá prever a diversificação, tanto no nível de classe de ativos, com aplicações em renda fixa (Art. 7º, Resolução CMN nº 3.922/10) e renda variável (Art. 8º, Resolução CMN nº 3.922/10), quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com a finalidade de maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados na gestão dos recursos previdenciários, a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, dando ênfase ao médio e longo prazo.

Este documento tem como finalidade orientar os investimentos que deverão ser efetuados no ano de 2017, podendo ser revisada a qualquer momento, visando adequação ao cenário econômico, ou às alterações legais decorrentes. Tais revisões deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração do MacaíbaPREV.

  
Cecilia  
Assombro  
4



## 2. MODELO DE GESTÃO – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA TOMADA DE DECISÕES

A gestão dos recursos financeiros do Instituto de Previdência dos Servidores do Município Macaíba será própria, conforme prevê a resolução do CMN nº 3.922/2010, em seu art. 15, S 1º, inciso I. Com adoção deste modelo de gestão o gerenciamento dos recursos e suas aplicações ficará sob responsabilidade do RPPS Macaíba, através de seu Gestor de Recursos, representado pelo Diretor Administrativo e Financeiro, com o auxílio do Diretor Presidente, tendo como órgão auxiliar o comitê de investimentos, que tomará as decisões de escolha de ativos, delimitando os níveis de risco e estabelecendo os prazos para as aplicações.

A estrutura organizacional do MacaíbaPREV, compreende os seguintes órgãos para planejamento e tomada de decisão sobre investimentos:

- a) Conselho Administrativo;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos como órgão auxiliar do RPPS de Macaíba, possui a finalidade de gerir as aplicações dos recursos financeiros e elaborar a proposta da Política de Investimentos.

O RPPS ainda tem a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na resolução do CMN nº 3.922/2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.

## 3. CARTEIRA ATUAL DE APLICAÇÕES

Segundo as especificações da Resolução CMN N° 3.922 de 25 de novembro de 2010, os recursos do MacaíbaPREV estão aplicados no segmento de renda fixa. Por se tratar de uma gestão mais conservadora, optou-se por não se aplicar no segmento de renda variável e no de imóveis, como lhe permite a legislação vigente.

Os recursos financeiros administrados pelo MacaíbaPREV são aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a., observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, são respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.



Os recursos do MacaíbaPREV estão atualmente distribuídos na seguinte composição e limites, com saldo atualizado até 30 de abril de 2017:

CONTA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS				
ENQUADRAMENTO	FUNDOS	VALORES	PERCENTUAL	LIMITE
100% TP	BB IRF-M TP FI RF Previdenciário	R\$ 1.710.365,37	5,36%	100%
	BB IMA-B TP FI RF Previdenciário	R\$ 2.410.131,50	7,55%	
	BB IRF-M 1 TP FIC RF Previdenciário	R\$ 2.935.588,53	9,19%	
	BB IDKA 2 TP FI RF Previdenciário	R\$ 1.459.822,84	4,57%	
	BB IDKA 20 TP FI RF Previdenciário	R\$ 711.070,24	2,23%	
	BB RF TP XI	R\$ 2.229.367,07	6,98%	
	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	R\$ 5.775.211,44	18,08%	
	CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF	R\$ 612.027,06	1,92%	
	CAIXA BRASIL 2024 I TP FI RF	R\$ 619.755,60	1,94%	
	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	R\$ 735.433,44	2,30%	
Referenciado Inciso III	CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	R\$ 687.682,87	2,15%	80%
7º Inciso IV	CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RF LP	R\$ 5.794.372,90	18,14%	30%
	BB PERFIL FIC RF Previdenciário	R\$ 3.132.910,12	9,81%	
	CAIXA BRASIL FI REF DI LP	R\$ 3.124.982,10	9,78%	
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 31.938.721,08</b>	<b>100%</b>	

CONTA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO				
ENQUADRAMENTO	FUNDOS	VALORES	PERCENTUAL	LIMITE
100% TP	BB IRF-M TP FI RF Previdenciário	R\$ 349.403,60	15,32%	100,00%
	BB IMA-B TP FI RF Previdenciário	R\$ 1.040.086,06	45,62%	
	BB IDKA 2 TP FI RF Previdenciário	R\$ 72.296,38	3,17%	
	BB IRF-M 1 TP FIC RF Previdenciário	R\$ 347.808,90	15,25%	
7º Inciso IV	BB PERFIL FIC RF Previdenciário	R\$ 470.391,67	20,63%	30,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.279.986,61</b>	<b>100%</b>	

9  
Pronto  
Lima



#### 4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A divulgação dos dados pelo IBGE confirmaram as projeções de retração do PIB no ano de 2016 em 3,6%, somando-se a queda ocorrida em 2015 de 3,8% são as piores sequencias de resultados negativos desde os anos de 1930 e 1931 (retrações de 2,1% e 3,3% respectivamente), o que corrobora o entendimento de que o país atravessa uma profunda recessão desde 2014. No entanto, indicadores recentes revelam sinais de recuperação da crise, embora essa recuperação tenda a ser lenta e sujeita a diversos desafios, tais como a contínua ameaça da restrição fiscal, altos índices de desemprego e recuperação da renda.

Diante dessas restrições o governo vem propondo medidas para tentar estabilizar a situação fiscal a longo prazo por meio de reformas, dentre as quais estão a EC 95 que estabeleceu o teto dos gastos públicos, renegociação das dívidas dos estados, e principalmente a reforma da previdência.

Diversas organizações e especialistas, bem como o próprio governo, preveem que a recuperação do PIB brasileiro comece a melhorar já no primeiro trimestre de 2017, conforme indicador do Banco Central, o IBC-Br, a atividade econômica do país aumentou 1,31% em fevereiro sobre janeiro. Este crescimento se deve ao excelente desempenho da indústria agropecuária, apesar dos efeitos negativos causados pela operação carne fraca, e também das indústrias de transformação e extrativa mineral.

Para o ano de 2017 o cenário é de crescimento do Produto Interno Bruto. As expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o crescimento do PIB brasileiro é de um avanço de 0,2%, segundo dados do relatório Perspectivas da Economia Global do Fundo. Já os dados divulgados pelo Boletim Focus, que reúne previsões de centenas de analistas, revelam uma expectativa de avanço de 0,49% neste ano.

No que concerne à demanda, espera-se que a liberação dos recursos das contas inativas do FGTS cause um impacto favorável no comércio varejista, ou ainda que os recursos sejam utilizados prioritariamente para abater dívidas das famílias. As empresas continuam apostando na continuidade da redução da taxa de juros, e por sua vez um aumento nas ofertas de crédito. Em função da melhoria desses componentes, consumidores e empresas elevaram seus níveis de confiança para os mesmos patamares aos do início da atual fase recessiva.

No que tange a Inflação, as notícias são mais animadoras e os preços no último tri/16 tendem para reajustes menores do que os que vinham praticando. A alimentação fora de casa e o aluguel residencial estão apresentando nos últimos doze meses taxas menores do que as praticadas nos últimos cinco anos. Esse pequeno sinal de baixa nos preços, é motivada pela recessão e o crescente desemprego.



Segundo a Fundação Getúlio Vargas, 75% da desvalorização do câmbio deve-se a fatores externos como a elevação dos custos do capital no mundo e a queda das commodities e apenas 25% se devem a fatores domésticos. Entretanto, essas notícias não alteraram muito o ritmo de queda nos juros que baixou 2,5 pontos percentuais desde o final de 2016 até a última reunião do COPOM em Abril, onde deixou a taxa de juros em 11,25% a.a.

A maior consequência da fragilidade da economia é o desemprego. No primeiro trimestre de 2017 a taxa de desemprego subiu 13,7%, segundo dados do IBGE, chegando ao número recorde de 14,2 milhões de desempregados, o maior da série histórica iniciada em 2012. Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE: "O mercado de trabalho continua a apresentar deterioração. Perdemos mais de 1,8 milhão de postos de trabalho, sendo que cerca de 70% dessa perda foi de empregos com carteira de trabalho assinada".

Internacionalmente, o cenário para as economias avançadas melhorou para 2017-2018, refletindo uma atividade mais forte no segundo semestre de 2016, assim como um estímulo fiscal de curto prazo e uma normalização menos gradual da política monetária dos EUA. Essa projeção é consistente com a curva de retorno dos EUA, o aumento dos preços das ações, e a apreciação considerável do dólar americano desde as eleições de 9 de novembro do ano passado.

A economia da zona do euro começou o ano com forte crescimento que supera o dos Estados Unidos, segundo estimativas preliminares da agência de estatísticas europeia. A Eurostat informou que o Produto Interno Bruto (PIB) do bloco formado por 19 países cresceu nos três primeiros meses do ano 0,5% sobre o trimestre anterior, e 1,7% na comparação anual, em linha com as expectativas do mercado.

Os EUA registraram um crescimento anualizado de 0,7% no primeiro trimestre, desempenho mais fraco desde os três primeiros meses de 2014, de acordo com estimativas. Na base anual, a economia da zona do euro cresceu no último trimestre do ano 1,8%, contra estimativa anterior de 1,7%.

As perspectivas de crescimento de curto prazo foram revisadas para cima na China, devido à política de estímulo esperada, mas foram revisadas para baixo em um número de outras grandes economias - mais notavelmente Índia, Brasil e México.

De acordo com o FMI, essas previsões foram baseadas na suposição de uma mudança no mix de políticas sob a nova administração nos Estados Unidos e suas ramificações globais, afetando diretamente a economia brasileira, pois os EUA são o segundo maior comprador dos nossos produtos, chegando a absorver cerca de 12% de toda a produção brasileira, o que torna as relações com o mesmo vitais para nossa economia. Contudo, o maior risco reside na possibilidade de confronto entre os EUA e as instituições multilaterais e com os principais parceiros, o que poderia levar a uma





estagnação no comércio mundial, mediante aumento da inflação e da taxa de juros, o que já ocorreu em março pela primeira vez desde a posse de Trump.

## 5. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

### 5.1 Alocação dos Recursos

A gestão do MacaíbaPREV, no ato de conduzir as aplicações financeiras do regime, verificará aspectos importantes como o enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, risco e perspectivas de rentabilidade satisfatória no horizonte no tempo.

A administração dos recursos deverá ser feita de forma a buscar o retorno objetivado num horizonte de longo prazo, observando-se a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimentos. Além disto, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade e liquidez dos investimentos, ajustadas ao atendimento dos compromissos atuariais do RPPS Macaíba.

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2017, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 6% ao ano, acrescido da variação de índices de preços, o INPC. Deverá ser feita a comparação dos investimentos com a meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

### 5.2 Segmentos de Aplicações

As aplicações financeiras do Instituto serão feitas prioritariamente em ativos do segmento de renda fixa, por meio de fundos de investimentos e/ou fundos de cotas de fundos de investimentos, referenciados ou não, abertos ou fechados, os quais deverão estar aptos a receber aplicações desta categoria de cotista, segundo a legislação vigente.

Poderão ser feitas aplicações em segmentos de renda variável por meio de fundos abertos, referenciados ou não em índices do mercado de ações, fundos de índices de ações, e ainda multimercados abertos, fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários fechados, conforme resolução do CMN.

9



Desta forma, os investimentos para o exercício de 2017 seguirão a seguinte distribuição:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO			
Alocação dos Recursos/ Diversificação	Alocação dos Recursos		
	Limite Inferior %	Estratégia Alvo %	Limite Superior %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>			
Títulos Tesouro Nacional - SELIC Art. 7º, I, "a"	50	80	100
FI 100% Títulos TN - Art. 7º, I, "b"	0	0	0
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0	0	0
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	0	0	0
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	5	10	30
Poupança - Art. 7º, V	0	0	0
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	5	8	10
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	0	0	0
FI Renda "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	0	0	0
<b>Total do segmento</b>	<b>60</b>	<b>98</b>	<b>140</b>
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>			
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	0	5	15
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0	0	0
FI em Ações - Art. 8º, III	0	0	0
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	2	5	15
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	0	0	0
FI imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0	0	0
<b>Total do segmento</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>30</b>

As aplicações serão diversificadas com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos financeiros, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez.

A *performance* será medida pela comparação do rendimento de cada aplicação com seu respectivo *benchmark* além da comparação com outros produtos de investimentos com características similares.

As aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhados do formulário de Autorização de Aplicação e Resgate – APR.

### 5.3 Riscos

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar o retorno dos investimentos. O risco é a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Com 6  
pontos  
10

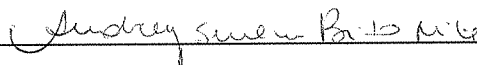


Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos financeiros do RPPS estarão expostos são:


- Risco de mercado: é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro, corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento ou de uma carteira de investimentos, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações e oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preço de ações, câmbio, preços de *commodities* e outros índices;
- Risco de crédito: é também chamado de risco institucional, por ser aquele em a possibilidade do retorno do investimento não ser honrado vem pela incerteza da instituição que emitiu determinado título não poder honrá-lo na data e condições negociadas e contratadas;
- Risco de liquidez: pode ser de duas formas, o risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável, ou o risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e os passivos;

O acompanhamento da gestão dos recursos financeiros previdenciários, bem como os riscos inerentes aos investimentos será feito através de análises das informações sobre a rentabilidade para a tomada de decisão de novas aplicações de investimentos. Serão confeccionados relatório contendo informações sobre rentabilidade e risco das aplicações, bem como situação da economia nacional e dos resultados obtidos. Em caso de não atingimento da meta atuarial serão informadas as medidas que serão tomadas para alcance dos objetivos propostos.

Macaíba, 15 de Maio de 2017.



Audrey Suelen Brito Mila  
Diretora Presidente do MacaíbaPREV e membro titular do comitê











Prefeitura de  
**Macaíba**

MacaíbaPREV

---

---

Luiz Henrique De Lima e Silva

Luiz Henrique de Lima e Silva  
Diretor Administrativo e Financeiro do MacaíbaPREV e presidente do comitê

Marcelo Victor R. de Lima

Marcelo Victor Raposo de Lima  
Diretor de Benefícios do MacaíbaPREV e membro titular do comitê

Jaadiane Rocha dos Santos

Jaadiane Rocha dos Santos  
Secretária e membro titular do comitê

Paulo Herbeth da Silva Medeiros

Paulo Herbeth da Silva Medeiros  
Membro titular do comitê

*[Handwritten mark]*